

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO – JARI, CONSTITUÍDA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 020 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2017.

PROCESSO: 2017/045820

RECORRENTE: JOAO ALVES DE AMORIM FILHO

RECORRIDO: SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES DA BAHIA - SIT

AUTO DE INFRAÇÃO: P000648154

JARI - Junta Administrativa de Recursos de Infração.

EMENTA: Multa por infração ao Art. 250, inc. I, alínea b do CTB: “Em movimento de dia, deixar de manter acesa luz baixa nas rodovias”. Mera Arguição de Fatos. AIT Subsistente e Regular. Dupla notificação. Recurso CONHECIDO e IMPROVIDO

Relatório

Trata-se de recurso interposto pelo proprietário legal do veículo, em face de expedição de Auto de Infração de Trânsito de nº **P000648154**, por **Em movimento de dia, deixar de manter acesa luz baixa nas rodovias**, na data de 27/05/2017, na Rod. BA263, km 85 –(...), na cidade de Vitória da Conquista/BA. A Recorrente alega ausência de notificação. Requer o cancelamento da multa e seu consequente arquivamento. A Recorrente junta a documentação obrigatória e necessária a análise de suas argumentações. É o relatório.

Voto

Superadas as questões de Ordem Processuais no que pertine a tempestividade e capacidade postulatória.

Verifico que conforme o Relatório de Auto de Infração – Extrato, acostado aos autos, e em caráter explicativo/instrutivo que as argumentações ensejadas pela Recorrente encontram-se evidentemente equivocadas, uma vez que, a referida Notificação de Autuação de Infração-NAI, não fora recebida devido ao status de Ausente, conforme AR DIGITAL-CORREIOS. Consequentemente, o órgão autuador agindo diligentemente, publicou a NAI via EDITAL de nº22.242, datado de 18/08/2017 e a Notificação de Imposição de Penalidade de Infração-NIP em EDITAL de nº22.268 datado de 27/09/2017, conforme documento acostado aos autos. Cumprindo desta forma, o que determina o art.13º da Resolução 619/16-CONTRAN.

Isto posto, verifico que as razões recursais **NÃO** atendem aos interesses legais da Recorrente, quando, desta forma e pelos motivos acima expostos, não foi evidenciado qualquer irregularidade/insubsistência do AIT, VOTO no sentido de **CONHECER** do recurso interposto, entretanto dando-o por **IMPROVIDO, julgando o Registro do Auto de Infração nº. P000648154, lavrado contra JOAO ALVES DE AMORIM FILHO, válido, mantendo a sua exigibilidade.**

Logo, torna-se frágil toda alegação voltada a rechaçar a regularidade do Auto de Infração de Trânsito.

Ficam as demais alegações também afastadas seja pela ausência de provas e/ou por faltar previsão legal, visto que o veículo fora devidamente flagrado pelo equipamento de fiscalização de trânsito, conforme dados contidos no AIT.

Resolução

ACORDAM os membros da Junta Administrativa de Recursos de Infração, por unanimidade, **CONHECER** do Recurso apresentado, entretanto dão-no por **IMPROVIDO**, mantendo a exigibilidade do Auto de Infração nº. **P000648154**, pelas razões de direito aqui expostas.

Este Acórdão encontra-se, em arquivo neste órgão julgador e terá validade legal desde que acompanhado da Ata de Reunião do dia específico de julgamento devidamente chancelada pelos representantes legais, tudo quanto determinado pelo Art.25 incs. II, IV, VI, X, XI e Art.26 inc. VII do Regimento Interno homologado pelo Decreto nº. 17.825/17.

Sala das Sessões da JARI, 22 de dezembro de 2020.

Gustavo Adolfo Quintella de Cerqueira – Membro Titular / SEINFRA– Presidente

Aldalice Amorim dos Santos – Membro Titular – SIT- Relatora

Alba Valéria Alves Coelho – Membro Titular – DETRAN

José Anibal Cerqueira de Moura Fe – Membro Suplente em exercício – FETRABASE

Gustavo Adolfo Quintella de Cerqueira – Membro Titular / SEINFRA– Secretário interino da JARI